

FONTE : OESP

CLASS. : Y1103-135

DATA : 13 11 91

PG. : 13

**ÍNDIOS**

## Área dos ianomâmis é debatida em CPIs

BRASÍLIA — A demarcação da área de 9,4 milhões de hectares para os índios ianomâmis polarizou as discussões ontem nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que investigam a possibilidade de internacionalização da Amazônia e a violência no campo. Na CPI da Amazônia, o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho disse que a destinação de área tão grande para os índios seria o primeiro passo para se criar no Brasil um território sob proteção da Organização das Nações Unidas. Na CPI da violência, o presidente da Funai, Sidney Possuelo, afirmou que o maior entrave à demarcação do território é o interesse de grupos econômicos pela riqueza das áreas. "São terras, madeira, ouro e minério", enumerou Possuelo.

Mestrinho, defendeu a abertura de concorrência para a exploração de minérios na terra destinada aos índios. Uma lista apresentada na semana passada à CPI apontava o irmão do governador, Tomé Mestrinho como um dos solicitantes de concessão para explorar o subsolo da região. O governador criticou a exten-

são da área. "É maior do que Portugal", afirmou. Segundo ele, não há mais do que 3.470 índios na região. O presidente da Funai informou, entretanto, que levantamento recente calcula entre 9 mil e 10 mil o número de índios no lado brasileiro da área ianomâmi.

Possuelo aproveitou para se queixar da falta de recursos. "O orçamento previa Cr\$ 11 bilhões para demarcar as terras, mas só tivemos Cr\$ 705 milhões." O presidente Fernando Collor pretendia demarcar a área ainda este ano, mas o projeto esbarrou na posição contrária dos ministros militares. Eles argumentaram que havia necessidade de se preservar a fronteira com a Venezuela, por questão de segurança nacional. Segundo Possuelo, "se as Forças Armadas dotassem a área com postos militares, poderia haver uma convivência pacífica entre os índios e os soldados."

Na quarta-feira da semana passada, o embaixador Marcos Azambuja, ocupando interinamente o cargo de ministro das Relações Exteriores, garantiu que a demarcação da área ianomâmi só acontecerá entre 1993 e 1994.